



DIOCESE DE APUCARANA



XXVI

PLADAE

PLANO DIOCESANO DE
AÇÃO EVANGELIZADORA

2026-2032

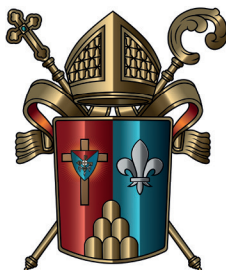
| *“Igreja: Tenda do encontro, com Maria a Cristo”*



XXVI PLADAE
Plano Diocesano da
Ação Evangelizadora

2026-2032

***“Igreja: Tenda do encontro,
com Maria a Cristo”***



Diocese de Apucarana

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
OBJETIVO GERAL	8

1. O PLANO PASTORAL NA VIDA E NA MISSÃO DA DIOCESE DE APUCARANA

1.1 A natureza eclesial do planejamento pastoral	10
1.2 A finalidade do plano e a conversão pastoral	13
1.3 A memória diocesana e a continuidade da missão	15
1.4 A leitura da realidade	16
1.5 Uma Igreja que tem história, uma Diocese que tem caminho	20
1.6 A unidade espiritual das prioridades pastorais	22

2. A ELABORAÇÃO SINODAL DO XXVI PLANO DIOCESANO DA AÇÃO EVANGELIZADORA

2.1 Os Encontros Sinodais Paroquiais em julho e agosto de 2025	25
2.2 Os Encontros Sinodais Decanais em setembro e outubro de 2025	25
2.3 O Encontro Sinodal da Família Diocesana em novembro de 2025	26
2.4 A recepção das Diretrizes e a contribuição dos presbíteros em 2026	27
2.5 Do hospital de Campanha à Tenda Itinerante: presença de Deus e caminho de missão	28

3. LINHAS DE AÇÃO

3.1 Recepção, Vigência do Plano Pastoral e Avaliação Sinodal da Caminhada	31
3.2 Primeira Linha de Ação: Animação bíblica da pastoral	34
3.3 Segunda Linha de Ação: Iniciação à Vida Cristã	36

3.4 Terceira Linha de Ação:	
Comunidades de Discípulos Missionários_____	38
3.5 Quarta Linha de Ação:	
Liturgia e Piedade Popular_____	40
3.6 Quinta Linha de Ação:	
Serviço à vida plena para todos_____	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS_____	45
REFERÊNCIAS_____	47

APRESENTAÇÃO

*“Juntos andemos, Senhor. Por onde fordes, tenho de ir;
por onde passardes, tenho de passar.”*

*Santa Teresa de Jesus
(Caminho de Perfeição, capítulo 26, n. 6)*

A Diocese de Apucarana apresenta este Plano Diocesano de Ação Evangelizadora — PLADAE (2026-2032) — como fruto de um caminho de escuta, comunhão e discernimento, assumido no compromisso de anunciar Jesus Cristo e servir ao seu povo. Suas páginas reúnem as orientações e prioridades que nortearão a ação pastoral de nossas comunidades, fortalecendo a unidade da missão e a corresponsabilidade de todos os batizados. A oração de Santa Teresa d’Ávila expressa a disposição com que desejamos assumir este percurso: caminhar com o Senhor, reconhecer seus passos na história e segui-lo onde sua presença nos chama a servir. Evangelizar é responder ao amor de Deus que nos precede, aproximar-nos da vida concreta de seu povo e testemunhar, com palavras e gestos, a esperança que nasce do Evangelho. Cada orientação aqui assumida deseja favorecer esse encontro com Cristo, que transforma a existência, reúne os dispersos e nos envia a cuidar da vida.

Este Plano se insere na história de fé e dedicação pastoral de nossa Diocese. Recebemos uma herança, com mais de sessenta anos de caminhada, construída pela entrega de tantas pessoas que, nas comunidades, paróquias, pastorais, movimentos, serviços e organismos eclesiais, fizeram da própria vida uma resposta ao chamado de Deus. Ministros ordenados, pessoas consagradas, leigos e leigas contribuíram e continuam contribuindo para que o Evangelho encontre morada em nossa realidade. A gratidão por essa caminhada nos compromete com sua continuidade e renovação. Honrar o que recebemos significa cultivar seus frutos, reconhecer os desafios do presente e assumir, com coragem e discernimento, as responsabilidades que este tempo nos apresenta. Em comunhão com as Diretri-

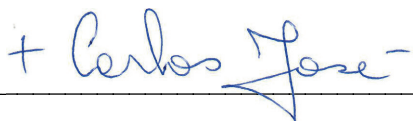
zes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2026–2032, acolhemos a imagem bíblica da tenda como inspiração para nossa caminhada. A tenda recorda a presença de Deus no meio de seu povo e sua proximidade durante as travessias da história. Nela se encontram a firmeza da fé e a disponibilidade para partir, a experiência do abrigo e a abertura para acolher, o alimento que sustenta e a esperança que impulsiona. Alargar o espaço da tenda, conforme o convite do profeta Isaías (cf. Is 54,2-3), significa ampliar nossa capacidade de escuta, participação e serviço, para que mais pessoas encontrem lugar na vida comunitária. Firmada em Jesus Cristo, nossa Igreja diocesana deseja reconhecer onde sua presença é necessária e colocar-se a caminho para encontrar aqueles que esperam uma palavra, um cuidado, uma oportunidade de pertença.

A elaboração do PLADAE expressa o desejo de caminhar juntos e de assumir a evangelização como responsabilidade compartilhada. A escuta realizada nas diferentes instâncias da vida diocesana (Encontros Sinodais Paroquiais, Decanais e o Encontro Sinodal da Família Diocesana) ajudou a reconhecer necessidades, reunir contribuições e discernir prioridades. Esse processo deverá permanecer vivo na aplicação do Plano, pois a sinodalidade se realiza no modo como nos relacionamos, tomamos decisões e colaboramos na missão. Cada comunidade é chamada a acolher as orientações comuns e traduzi-las em sua realidade, respeitando as condições locais e fortalecendo os vínculos com o conjunto da Diocese. A diversidade dos dons e das experiências poderá, assim, contribuir para uma ação pastoral mais articulada, participativa e atenta às pessoas. Com vigência de seis anos e avaliações a cada dois anos, este Plano oferece continuidade à Ação Evangelizadora e prevê momentos de escuta e discernimento sobre sua aplicação. As avaliações permitirão reconhecer os frutos, compreender as dificuldades e acolher novas necessidades, promovendo os ajustes que a caminhada exigir. Sua fecundidade dependerá da disposição de estudar suas propostas, preparar os agentes, definir responsabilidades e acompanhar os compromissos assumidos. Dependerá, sobretudo, de comunidades que reze, escutem a Palavra, celebrem a fé e cultivem relações fraternas, encontrando na vida em Cristo a fonte de sua dedicação pastoral.

Confiamos esta caminhada à ação do Espírito Santo e à intercessão de Nossa Senhora de Lourdes, padroeira de nossa Diocese. Com Maria, aprendemos a acolher a Palavra e a perceber as necessidades humanas, como ela fez nas bodas de Caná (cf. Jo 2,1-11). Que sua presença materna nos ajude a conservar os olhos atentos, o coração disponível e os passos orientados para Jesus. Apresentamos este PLADAE com esperança e o confiamos a todos os que participam da vida de nossa Igreja Particular, para que suas propostas ganhem expressão em comunidades vivas, acolhedoras e missionárias, nas quais a alegria do Evangelho se torne experiência partilhada.

15 de outubro de 2026

Memória obrigatória de Santa Teresa de Jesus,
Doutora da Igreja

A handwritten signature in blue ink, reading "Dom Carlos José de Oliveira". The signature is written in a cursive style with a cross at the beginning.

Dom Carlos José de Oliveira

Bispo Diocesano

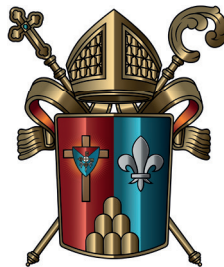
A handwritten signature in black ink, reading "Pe. Valdecir Ferreira". The signature is written in a cursive style.

Pe. Valdecir Ferreira

Vigário Episcopal para a Ação Evangelizadora

OBJETIVO GERAL

Evangelizar, anunciando Jesus Cristo, como Igreja sinodal, sustentada pela Palavra, pelos Sacramentos e pela devoção filial à Nossa Senhora de Lourdes, em **DIACONIAS** de discípulos missionários, fiel à evangélica opção preferencial pelos pobres, a caminho da plenitude do Reino de Deus.



1. O PLANO PASTORAL NA VIDA E NA MISSÃO DA DIOCESE DE APUCARANA

O Plano Diocesano da Ação Evangelizadora é a expressão de uma Igreja que assume comunitariamente a responsabilidade de anunciar Jesus Cristo e de testemunhar seu Evangelho no território que lhe foi confiado. Sua finalidade é oferecer orientação comum à vida pastoral, estabelecendo prioridades capazes de reunir as comunidades, os ministérios, as pastorais e os movimentos em torno da mesma missão. Sendo assim, um Plano Diocesano busca trazer uma unidade pastoral no que é possível e orientações, em vista da comunhão, para aquilo que é muito específico de cada realidade, de cada local. Na Diocese de Apucarana, o XXVI PLADAE nasce dessa responsabilidade eclesial: reconhecer a realidade de nosso povo, discernir os apelos que nela se manifestam e organizar respostas que tenham consistência evangélica, continuidade e alcance comunitário.

Um Plano Pastoral encontra sua razão de existir nas pessoas a quem a Igreja é enviada, nas comunidades que precisam ser fortalecidas, nas exigências reais e atuais, no discernimento de encontrar Deus em nossas missões e nas situações humanas que clamam por presença, cuidado e esperança. Seu valor se verifica quando as orientações assumidas chegam à vida cotidiana e ajudam a comunidade a viver com maior fidelidade aquilo que anuncia. Mais que resultados plenificados, o caminho acena para processos que nos mobilizarão para novos desafios e novas propostas. Como nos ensinou o saudoso Papa Francisco, é preciso ter mais vigilância no horizonte da evangelização nos processos que são percorridos e vividos, que nos resultados. Por isso, “que exige ter presente o horizonte, adaptar os processos possíveis e a estrada longa. O próprio Senhor, na sua vida mortal, deu a entender várias vezes aos seus discípulos que havia coisas que ainda não podiam compreender e era necessário esperar o Espírito Santo (cf. Jo 16, 12-13). A parábola do trigo e do joio (cf. Mt 13, 24-30) descreve um aspecto importante de evangelização que consiste em mostrar como o inimigo pode ocupar o espaço do Reino e causar dano com o joio, mas é vencido pela bondade do trigo

que se manifesta com o tempo.” (EG, 225) Esta percepção nos ensina que a prioridade ao tempo nos permite trabalhar com perseverança, sem obsessão pelos resultados imediatos. Isso exige acolher as dificuldades e mudanças de planos, evitando a pretensão de resolver tudo de uma vez ou ocupar espaços de autoritarismo eclesial. O importante é iniciar ações que produzam novos dinamismos e envolvam outras pessoas, para que os processos amadureçam e deem frutos ao longo da história, com seriedade, convicções firmes e respostas cabíveis para cada momento e/ou necessidade evangelizadora.



1.1 A natureza eclesial do planejamento pastoral

A compreensão de um Plano Pastoral começa pela compreensão da própria Igreja. O Concílio Vaticano II apresenta a Igreja como sinal e instrumento da união com Deus e da unidade do gênero humano, e reconhece no Povo de Deus a dignidade comum daqueles que, pelo Batismo, participam da vida e da missão de Cristo (LG 1, 9 e 32). Dessa perspectiva decorre uma exigência pastoral concreta: o planejamento precisa servir à comunhão e favorecer a participação dos batizados. A organização eclesial deve permitir que os dons recebidos sejam reconhecidos e colocados a serviço, que as decisões sejam compreendidas e que as comunidades encontrem condições reais para participar da missão. Planejar torna-se, assim, uma forma de cuidar da responsabilidade comum, evitando que a vida pastoral dependa exclusivamente de iniciativas individuais ou se fragmente em atividades que pouco dialogam entre si, sem continuidade e desconexas.

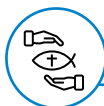
A Igreja Particular possui responsabilidade própria nesse processo. O decreto *Christus Dominus* define a diocese pela relação entre o povo que lhe é confiado, o ministério do bispo, a cooperação do presbitério e a ação congregadora do Evangelho e da Eucaristia. A saber, “Diocese é a porção do Povo de Deus, que se confia a um Bispo para que a apascente com a colaboração do presbitério, de tal modo que, unida ao seu pastor e reunida por ele no Espírito Santo por meio do Evangelho e da Eucaristia, constitui uma Igreja particular,

na qual está e opera a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica” (n. 11). O mesmo decreto recomenda a coordenação das obras apostólicas, respeitando suas características e orientando-as para uma ação harmônica (n. 17). O PLADAE situa-se nesse horizonte: oferece uma referência diocesana para que a diversidade de serviços seja fecunda na comunhão. Uma paróquia, uma comunidade, uma pastoral ou um movimento preserva sua identidade quando participa da missão comum com seus dons próprios; entretanto, sua identidade precisa permanecer aberta à responsabilidade pelo conjunto. O vínculo diocesano impede que as urgências de uma comunidade sejam ignoradas pelas demais e permite compartilhar formação, recursos, experiências e cuidado pastoral.

As Sagradas Escrituras oferecem imagens que iluminam essa responsabilidade comum e ajudam a compreender o planejamento pastoral como expressão de uma Igreja reunida em Cristo e enviada a acolher, servir e evangelizar. Nos Atos dos Apóstolos, a perseverança no ensinamento apostólico, na comunhão, na fração do pão e nas orações sustenta a vida de uma comunidade que partilha seus bens e se torna testemunho diante do povo (cf. At 2,42-47). A diversidade dos membros do Corpo, apresentada por São Paulo, indica que nenhum dom pode reivindicar autossuficiência e que os membros aparentemente mais frágeis merecem especial atenção, pois a comunhão exige que o sofrimento de um seja assumido por todos e que a alegria de um se torne motivo de esperança para o conjunto (cf. 1Cor 12,12-27). Essa mesma perspectiva se aprofunda quando o Evangelho de João anuncia que o Verbo se fez carne e habitou entre nós (cf. Jo 1,14): o Filho de Deus vem compartilhar nossa condição e, na imagem de sua morada entre a humanidade, reconhecemos o horizonte de uma Igreja chamada a aproximar-se das pessoas e a tornar sensível a presença acolhedora de Deus. É nesse horizonte que a convocação do profeta Isaías para alargar o espaço da tenda, estender suas lonas, alongar suas cordas e firmar suas estacas adquire especial força pastoral (cf. Is 54,2): ampliar a acolhida requer aprofundar as raízes da fé, para que a abertura missionária encontre sua consistência na fidelidade ao Senhor. A carta aos Efésios, por sua vez, recorda que já não somos estrangeiros, mas membros

da família de Deus, edificados sobre o fundamento dos Apóstolos e dos Profetas, tendo Jesus Cristo como pedra angular, em quem toda a construção cresce e se torna habitação de Deus no Espírito (cf. Ef 2,19-22). Essas imagens já nos aproximam da compreensão da Igreja como Tenda do Encontro, assumida pelas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para 2026–2032: uma Igreja que alarga seus espaços para acolher, escutar e acompanhar, mantendo suas estacas firmadas na fé em Jesus Cristo, fundamento de sua comunhão e razão de sua missão. À luz desses textos, nossas escolhas pastorais precisam favorecer comunidades nas quais a Palavra forme, a celebração reúna, a fraternidade se torne concreta e os dons encontrem lugar no serviço. Planejar significa, portanto, discernir como ampliar essa tenda e fortalecer seus vínculos, perguntando quem está sendo cuidado, quem encontra espaço para falar e participar e quem permanece à margem, à espera de uma comunidade que reconheça sua dignidade e lhe ofereça pertença.





1.2 A finalidade do plano e a conversão pastoral

Um Plano Pastoral estabelece a relação entre a missão permanente da Igreja e as circunstâncias em que essa missão precisa ser realizada. O anúncio do Evangelho conserva seu centro em Jesus Cristo; os caminhos de aproximação, formação e acompanhamento exigem discernimento contínuo. Na *Evangelii Gaudium*, Francisco convocou as Igrejas particulares à conversão missionária e à revisão de suas práticas e estruturas (n. 27-33). Para a Diocese de Apucarana, acolher esse chamado significa examinar se nossas formas de organização favorecem o encontro com as pessoas, se nossas prioridades correspondem às necessidades percebidas e se a ação pastoral consegue acompanhar aqueles que começam ou retomam um caminho de fé. O Plano serve a essa revisão quando ajuda a substituir respostas ocasionais por compromissos partilhados, sustentados por formação e acompanhados com perseverança. É preciso ter a memória do caminho já vivido, atenção no cotidiano para que as respostas correspondam às perguntas atuais, esperança e olhar destemido para novos desafios que se descortinam em horizontes cada vez mais próximos de nossas realidades.

A distinção entre plano, programação e calendário ajuda a compreender essa finalidade. O calendário distribui atividades ao longo do ano; a programação organiza sua execução; o plano explicita as razões, as prioridades e os critérios que devem orientar essas atividades. Uma agenda pode estar inteiramente preenchida e, ainda assim, deixar sem dificuldades decisivas sem respostas: a ausência de vínculos após a catequese, a sobrecarga de poucas lideranças, a fragilidade da formação bíblica ou a distância entre a celebração e o cuidado dos vulneráveis. O PLADAE precisa oferecer condições para que essas questões sejam enfrentadas de maneira integrada. Sua elaboração exige escolhas, porque as comunidades possuem recursos limitados e porque a multiplicação indiscriminada de iniciativas pode dispersar energias necessárias ao acompanhamento das pessoas. É preciso superar a ideia de um Plano como agenda ou calendarização. Vai muito além.

A conversão pastoral também exige uma leitura crítica das relações internas. Quando os serviços ficam concentrados nas mesmas pessoas, quando os conselhos se tornam espaços de simples comunicação de decisões ou quando a pertença a um grupo se sobrepõe à comunhão eclesial, a missão encontra obstáculos que precisam ser reconhecidos.. Essa avaliação deve acontecer com respeito às pessoas e gratidão por sua dedicação, mas com liberdade para rever práticas que perderam fecundidade. Um plano consistente permite que a comunidade examine suas dificuldades sem transformar a reflexão em busca de culpados. A pergunta pastoral é sobre as condições que precisam ser criadas para que mais pessoas participem, para que os ministérios sejam bem exercidos e para que a comunidade ofereça uma presença cristã reconhecível pela qualidade de suas relações. Para isso recordamos a intuição oferecida no PLADAE (2021-2024): “Brotam da nossa atual situação social e eclesial duas grandes urgências: 1) repensar nossas estruturas, tornando-as mais ágeis e eficazes no que se refere ao processo de evangelização dos homens e mulheres do nosso tempo; 2) refletir sobre nossa realidade e propor caminhos de evangelização que respondam adequadamente ao mandato de Cristo Jesus (cf. Mt 28,19-20) e às necessidades de nosso povo” (pág. 7). A partir desta recordação, percebemos que somos convidados ao projeto de continuidade e novidade. Continuidade por perceber que precisamos ainda retomar questões vigentes do outro Plano e novidade porque para novos tempos apresentam-se novos desafios.

A publicação diocesana do XXV PLADAE, em 2021, já apresentava a necessidade de refletir sobre a realidade e de rever estruturas para responder às exigências da evangelização, no contexto dramático da pandemia. O XXVI PLADAE recebe essa preocupação e a desenvolve diante das questões agora reunidas. A continuidade entre os planos significa preservar a memória do que foi assumido e avaliar o que precisa amadurecer, ser retomado ou receber nova forma. Não basta substituir um documento por outro sem examinar sua recepção nas comunidades. A sucessão dos planos pede uma cultura pastoral de acompanhamento, na qual os compromissos comuns permaneçam reconhecíveis mesmo quando mudam os responsáveis pelos serviços.



1.3 A memória diocesana e a continuidade da missão

A Diocese de Apucarana foi criada por São Paulo VI em 28 de novembro de 1964 e instalada em 28 de março de 1965, com o início do Ministério Episcopal de Dom Romeu Alberti. Sua origem, próxima à conclusão do Concílio Ecumênico Vaticano II, oferece um horizonte significativo para compreender a responsabilidade de acolher a renovação conciliar na vida local. Essa proximidade histórica permite situar nossa caminhada no tempo em que a Igreja aprofundava a compreensão de sua missão, da participação dos fiéis e de sua presença no mundo. A memória diocesana deve ser cultivada com gratidão e precisão: ela guarda a ação de Deus na história de um povo e também ajuda a reconhecer as responsabilidades transmitidas de uma geração a outra. O protagonismo na construção da Diocese deve ser reconhecido em suas diferentes expressões. O ministério dos bispos e dos presbíteros, o serviço dos diáconos, a presença da vida consagrada, a dedicação dos catequistas e das lideranças leigas, a transmissão familiar da fé e o trabalho de tantas pessoas nas comunidades compõem a realidade humana pela qual a missão se realiza. Não se pode resumir essa memória à história de cargos ou edifícios. A comunidade eclesial é formada também pela perseverança daqueles que visitam enfermos, preparam celebrações, acompanham famílias, ensinam a rezar e sustentam a caridade. Essa compreensão orienta o presente: o plano deve reconhecer os sujeitos que já participam e abrir caminhos para aqueles cujos dons ainda não foram acolhidos ou desenvolvidos.

As Linhas de Ação (capítulo terceiro) oferecidas para o XXVI PLADAE evidenciam uma organização que articula paróquias, decanatos, comunidades e diaconias, além de conselhos, serviços formativos e diferentes ministérios. Essas referências oferecem possibilidades concretas para uma pastoral de proximidade. A pequena comunidade pode perceber necessidades que permanecem invisíveis em estruturas maiores; a articulação paroquial pode oferecer acompanhamento e formação; o decanato pode favorecer cooperação entre realidades próximas; a Diocese pode assegurar orientação co-

mun e apoio especializado. O desafio está em fazer circular a escuta e a responsabilidade entre esses âmbitos. A existência de estruturas só se torna pastoralmente fecunda quando há comunicação, participação efetiva e compromisso com as pessoas com as quais devem servir.

A participação dos leigos tem fundamento no Batismo e na missão recebida de Cristo (cf. LG 31 e 33). Na prática diocesana, esse fundamento pede que a formação e a corresponsabilidade alcancem mulheres e homens, jovens e adultos, pessoas de diferentes condições sociais e membros de comunidades com possibilidades distintas de participação. O protagonismo amadurece quando os fiéis podem compreender a missão, contribuir para o discernimento, assumir responsabilidades adequadas e participar da avaliação dos caminhos percorridos. Para isso, é necessário investir em formação e cultivar uma cultura de escuta que não confunda disponibilidade para servir com mera execução de tarefas. A comunidade precisa acolher a experiência daqueles que vivem a fé na família, no trabalho, na educação e em outros ambientes da sociedade.



1.4 A leitura da realidade

A leitura da realidade é parte essencial do discernimento pastoral. A Igreja, ao escutar o que o Espírito diz por meio da história, é chamada também a olhar com atenção para os dados que revelam os movimentos da vida de fé no território diocesano. Não se trata de reduzir a experiência cristã a números, mas de reconhecer, por meio deles, sinais que ajudam a compreender os desafios e apelos do tempo presente.

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de católicos nos municípios da Diocese de Apucarana entre os anos de 2010 e 2022. Os dados evidenciam, de modo geral, uma diminuição no número de fiéis que se identificam como católicos, ainda que com variações distintas entre os municípios. Este cenário não deve ser interpretado apenas como um dado estatístico, mas como um chamado à reflexão pastoral. Ele aponta para mudanças culturais profundas,

para novas formas de vivência religiosa e para a necessidade de processos evangelizadores mais consistentes, capazes de gerar pertença, perseverança e amadurecimento na fé. Mais do que um diagnóstico de perda, estes dados se tornam um convite à renovação missionária: fortalecer comunidades vivas, investir no acompanhamento das pessoas, cuidar dos vínculos e redescobrir caminhos de evangelização que toquem o coração da realidade atual.

Município	2010	2022	VARIAÇÃO
Ângulo	1.998	1.900	-4,90%
Apucarana	85.717	72.040	-15,96%
Arapongas	77.672	67.667	-12,88%
Arapuã	3.119	2.612	-16,26%
Ariranha do Ivaí	2.067	1.714	-17,08%
Astorga	18.386	15.055	-18,12%
Borrazópolis	6.759	5.669	-16,13%
Cafeara	2.246	1.918	-14,60%
Califórnia	6.667	6.029	-9,57%
Cambira	5.869	5.925	0,95%
Colorado	16.292	14.316	-12,13%
Cruzmaltina	2.602	2.008	-22,83%
Faxinal	11.005	8.717	-20,79%
Flórida	1.982	1.677	-15,39%
Godoy Moreira	2.847	2.150	-24,48%
Grandes Rios	5.135	3.742	-27,13%
Guaraci	3.854	2.834	-26,47%
Iguaraçu	2.451	2.485	1,39%
Itaguajé	3.807	2.954	-22,41%
Ivaiporã	24.317	19.948	-17,97%
Jardim Alegre	9.944	8.252	-17,02%
Lidianópolis	3.234	2.633	-18,58%

A próxima tabela apresenta o percentual de católicos em relação à população total de cada município, com base nos dados mais recentes disponíveis. Nota-se uma diversidade significativa entre as cidades, revelando contextos distintos quanto à vivência da fé, à tradição religiosa e aos desafios pastorais. Em alguns municípios, a presença católica permanece amplamente majoritária, refletindo uma forte herança de fé e uma estrutura comunitária consolidada. Em outros, observa-se uma presença mais reduzida, indicando a necessidade de uma ação evangelizadora mais intensa, próxima, inculturada e atenta a desafios mais específicos. Esses dados ajudam a Igreja a reconhecer que sua missão se realiza de maneira diferenciada em cada realidade. Eles reforçam a importância de uma pastoral atenta às particularidades locais, capaz de valorizar o que já está consolidado e, ao mesmo tempo, responder com criatividade missionária aos contextos mais desafiadores.

Município	2022	Católicos	%
Ângulo	3.235	1.900	58,73%
Apucarana	130.134	72.040	55,36%
Arapongas	119.138	67.667	56,80%
Arapuã	3.527	2.612	74,06%
Ariranha do Ivaí	2.329	1.714	73,59%
Astorga	25.475	15.055	59,10%
Borrazópolis	7.735	5.669	73,29%
Cafeara	2.627	1.918	73,01%
Califórnia	8.710	6.029	69,22%
Cambira	9.460	5.925	62,63%
Colorado	22.896	14.316	62,53%
Cruzmaltina	2.882	2.008	69,67%
Faxinal	16.389	8.717	53,19%
Flórida	2.652	1.677	63,24%
Godoy Moreira	2.977	2.150	72,22%

Grandes Rios	5.641	3.742	66,34%
Guaraci	4.748	2.834	59,69%
Iguaçu	5.338	2.485	46,55%
Itaguaí	4.481	2.954	65,92%
Ivaiporã	32.720	19.948	60,97%
Jardim Alegre	12.004	8.252	68,74%
Lidianópolis	3.938	2.633	66,86%
Lobato	4.601	2.763	60,05%
Lunardelli	4.872	3.228	66,26%
Marilândia do Sul	8.677	5.574	64,24%
Mauá da Serra	9.383	4.412	47,02%
Munhoz de Mello	3.951	2.627	66,49%
Nossa Sra. das Graças	3.669	2.234	60,89%
Novo Itacolomi	3.125	2.330	74,56%
Pitangueiras	3.046	1.876	61,59%
Rio Bom	3.197	2.109	65,97%
Sabáudia	8.822	4.790	54,30%
Santa Fé	11.378	7.226	63,51%
Santa Inês	1.748	1.294	74,03%
Santo Inácio	6.181	3.837	62,08%
São João do Ivaí	10.667	6.660	62,44%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.



1.5 Uma Igreja que tem história, uma Diocese que tem caminho

O Concílio ensina que a Igreja deve conhecer os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho. “Marcados por circunstâncias tão complexas, muitos dos nossos contemporâneos são incapazes de discernir os valores verdadeiramente permanentes e de os harmonizar com os novamente descobertos. Daí que, agitados entre a esperança e a angústia, sentem-se oprimidos pela inquietação,

quando se interrogam acerca da evolução atual dos acontecimentos. Mas esta desafia o homem, força-o até a uma resposta” (GS 4). No PLADAE, essa atitude requer aproximar a experiência das comunidades dos dados disponíveis sobre o território. O material censitário supracitado introduz a comparação da identificação religiosa entre 2010 e 2022 e a diversidade de presença católica entre os municípios. Essa leitura pode auxiliar o discernimento, mas precisa observar o universo populacional, os critérios e a comparabilidade dos dados. As tendências estatísticas não explicam, por si mesmas, os motivos de permanência ou afastamento, nem permitem medir a profundidade da fé. Elas oferecem perguntas a serem confrontadas com escuta, conhecimento local e acompanhamento pastoral, evitando diagnósticos apressados ou interpretações que reduzam as pessoas a categorias numéricas.

O olhar crítico precisa alcançar também as condições que dificultam a participação: jornadas de trabalho, distâncias, limitações de acessibilidade, fragilidades familiares, sofrimento psíquico e ausência de acolhida adequada. Essas questões devem ser investigadas nas realidades concretas, sem presumir que ocorram da mesma forma em todas as comunidades. Para uma família, a dificuldade pode estar no horário das atividades; para outra, na necessidade de acompanhamento especializado; para um jovem, na ausência de relações comunitárias duradouras. Uma ação evangelizadora atenta procura compreender antes de formular respostas e reconhece quando o cuidado pastoral precisa cooperar com serviços profissionais e redes públicas de proteção. A fé católica oferece sentido, comunhão e esperança, e essa presença deve favorecer o acesso aos cuidados de que as pessoas necessitam. A caridade pertence à identidade da Igreja. Bento XVI relacionou o anúncio da Palavra, a celebração dos sacramentos e o serviço da caridade como tarefas inseparáveis (*Deus caritas est*, n. 25). Essa referência ajuda a compreender por que o plano inclui o cuidado das pessoas vulneráveis, a defesa da vida, a atenção às famílias e a formação para o compromisso social. A presença eclesial precisa ser reconhecida tanto na verdade do que anuncia quanto na disposição de acompanhar quem sofre. O serviço à vida exige respeito à dignidade humana em todas as suas etapas e

atenção às condições que permitem viver com cuidado e proteção. A ecologia integral amplia esse compromisso ao considerar as relações entre a vida humana, as condições sociais e o ambiente em que as comunidades habitam, conforme a *Laudato si'*, nos números 137-139.

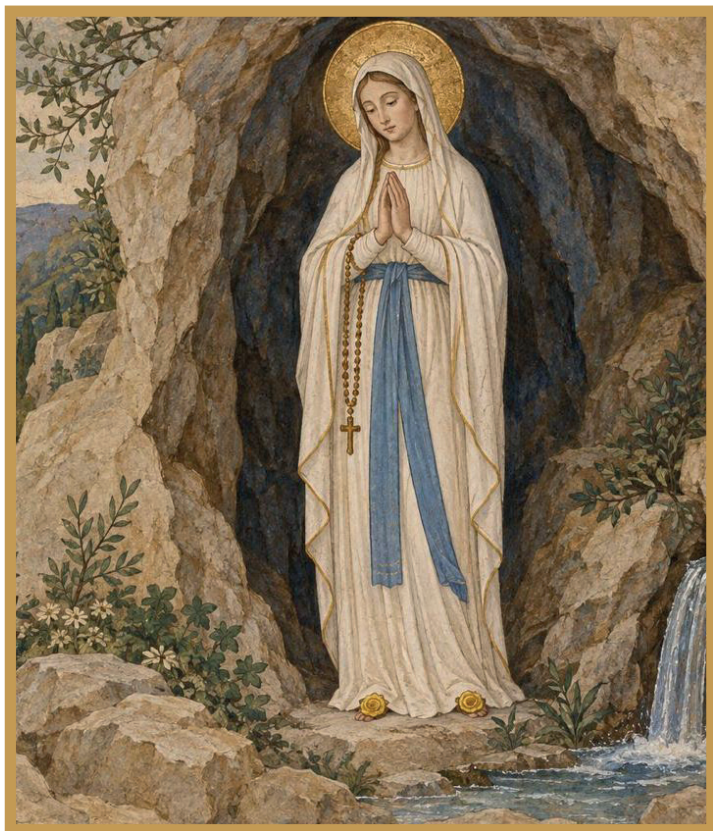


1.6 A unidade espiritual das prioridades pastorais

As cinco linhas presentes nos materiais diocesanos, inspiradas pelas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2026-2032) permitem organizar essa responsabilidade em torno da Animação Bíblica da Pastoral, da Iniciação à Vida Cristã, das Comunidades de Discípulos Missionários, da Liturgia e Piedade Popular e do Serviço à Vida Plena para todos. Sua relação pode ser percebida na trajetória de uma pessoa que se aproxima da comunidade: ela é acolhida, escuta a Palavra, inicia ou aprofunda sua fé, participa da celebração, encontra vínculos e aprende a servir. Quando esses momentos se articulam, a evangelização ganha continuidade. Quando ficam isolados, pode haver participação ocasional sem acompanhamento e formação sem inserção comunitária. Mais do que nunca precisamos superar uma pastoral sem processos de diagnósticos, preparação, articulação, vivência, avaliação e capacidade de mudanças e/ou continuidade. É preciso superar propostas desarticuladas, sem continuidade ou desalojadas do contexto diocesano. O plano oferece um horizonte para que cada serviço reconheça sua contribuição e sua interdependência no diálogo e nas necessidades.

A referência mariana presente nas propostas locais deve ser compreendida dentro desse horizonte. A devoção a Nossa Senhora de Lourdes, apresentada nos materiais como padroeira da Diocese, pode favorecer a identidade eclesial e a espiritualidade das comunidades quando conduz à escuta da Palavra, à vida sacramental e ao cuidado dos que sofrem. A figura de Maria, que acolhe a Palavra e orienta os servidores para o que Jesus lhes diz (cf. Lc 1,38; Jo 2,5), ajuda a unir oração e disponibilidade para a missão. O PLADAE pode favorecer uma devoção formada, enraizada na fé católica, integrada à vida paroquial, madura e sem exageros. O encontro entre

piedade, formação e caridade permite que a identidade diocesana seja vivida com profundidade e ofereça às novas gerações uma experiência de fé compreensível e fecunda.



2. A ELABORAÇÃO SINODAL DO XXVI PLANO DIOCESANO DA AÇÃO EVANGELIZADORA

O XXVI PLADAE foi elaborado a partir de um caminho de escuta e discernimento que teve, em 2025, seus encontros sinodais nos âmbitos paroquial, decanal e diocesano, e que prosseguiu em 2026 com a organização das propostas à luz das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil e com a contribuição dos presbíteros da Diocese de Apucarana. Essa sequência expressa uma convicção pastoral: as prioridades diocesanas precisam nascer da relação entre a experiência do povo, a responsabilidade dos pastores e a orientação da Igreja. A cronologia aqui apresentada registra o percurso informado para a elaboração do plano; os arquivos de trabalho fornecem as linhas de ação e a introdução à leitura censitária, que ajudam a compreender o conteúdo a ser organizado. A participação em diferentes âmbitos ofereceu uma base para reunir caminhos, desafios e propostas e para transformá-los em orientações comuns.





2.1 Os Encontros Sinodais Paroquiais em julho e agosto de 2025

Nos meses de julho e agosto de 2025, foram realizados os Encontros Sinodais Paroquiais. A escolha do âmbito paroquial como etapa inicial aproximou o discernimento dos lugares em que a vida cristã acontece cotidianamente. A paróquia reúne experiências de celebração, catequese, missão, formação, convivência e serviço, e permite reconhecer como essas dimensões chegam às comunidades e às famílias. Escutar nesse âmbito significa acolher tanto os frutos do trabalho realizado quanto as dificuldades percebidas por quem participa. A reflexão paroquial ofereceu contribuições para que o plano pudesse partir de situações concretas, evitando formular prioridades apenas a partir de expectativas gerais ou da visão dos organismos de coordenação.

Uma escuta pastoral responsável cria condições para que experiências, necessidades e propostas sejam apresentadas e consideradas com respeito. Essa exigência convida a comunidade a examinar a qualidade de seus próprios espaços participativos: quem consegue falar, quem tem dificuldades de estar presente, quais experiências são reconhecidas e quais precisam receber atenção maior. O valor sinodal de um encontro depende também da disposição de ouvir o que desafia as práticas habituais. As contribuições paroquiais devem permanecer como referência para a recepção posterior do plano, de modo que os participantes possam reconhecer a relação entre aquilo que foi compartilhado e os compromissos assumidos.



2.2 Os Encontros Sinodais Decanais em setembro e outubro de 2025

Nos meses de setembro e outubro de 2025, o caminho prosseguiu com os Encontros Sinodais Decanais. A articulação entre paróquias de um mesmo decanato permitiu ampliar o olhar e colocar experiências locais em relação. Essa passagem é importante porque uma dificuldade percebida em uma paróquia pode ser compartilhada

por outras, enquanto uma iniciativa fecunda pode oferecer aprendizado a comunidades próximas. O âmbito decanal favorece a identificação de necessidades de cooperação, especialmente em áreas que exigem formação, equipes especializadas ou acompanhamento mais contínuo. A escuta ganha amplitude quando cada paróquia pode reconhecer sua realidade dentro de um território pastoral mais amplo e participar da construção de respostas que ultrapassem suas possibilidades isoladas.

O discernimento decanal requer cuidado com a diversidade. As comunidades não dispõem dos mesmos recursos, não enfrentam necessariamente as mesmas dificuldades e não desenvolvem suas atividades nas mesmas condições. Uma síntese responsável procura preservar diferenças relevantes, ao mesmo tempo que identifica convergências. Questões de grande alcance podem pedir orientação diocesana; outras podem encontrar resposta na cooperação entre paróquias ou em iniciativas locais. Esse exercício ajuda a distribuir responsabilidades de modo realista. A unidade pastoral se fortalece quando há um horizonte comum e quando a concretização desse horizonte considera as condições efetivas de cada comunidade, inclusive daquelas com menor capacidade de mobilização ou acesso à formação.



2.3 O Encontro Sinodal da Família Diocesana em novembro de 2025

Em novembro de 2025, realizou-se o encontro sinodal da família diocesana. Essa etapa reuniu o caminho de escuta em uma perspectiva de conjunto, permitindo considerar os desafios e as propostas da Diocese como responsabilidade compartilhada. A expressão família diocesana evidencia o vínculo que deve unir as diferentes comunidades e serviços: as necessidades de uma parte do povo dizem respeito à solicitude da Igreja inteira que vive neste território. A síntese dos caminhos, desafios e propostas constituiu a base para a formulação posterior das linhas de ação. Seu significado pastoral

está na possibilidade de transformar experiências dispersas em compromissos reconhecidos como comuns e de orientar a cooperação para necessidades que exigem resposta mais ampla.

A elaboração de uma síntese exige fidelidade às contribuições recebidas e discernimento sobre seu alcance. Não basta reunir todas as propostas em uma sequência extensa, porque o plano precisa oferecer orientação e condições de realização. É necessário identificar convergências, reconhecer urgências, relacionar dificuldades às suas possíveis causas e considerar os sujeitos que podem cooperar em cada resposta. O relato do caminho permite compreender a síntese como mediação entre a escuta e a ação. Para sua recepção nas comunidades, é pastoralmente importante explicitar essa relação e conservar a memória das contribuições, de modo que a organização das prioridades não apague a riqueza da experiência que as originou.



2.4 A recepção das Diretrizes e a contribuição dos presbíteros em 2026

Em 2026, a aprovação das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para o período de 2026 a 2032 ofereceu um novo referencial para a organização do plano diocesano. A CNBB informa que as Diretrizes foram aprovadas na 62ª Assembleia Geral, realizada em abril de 2026, e publicadas como Documento 114; seu lançamento oficial ocorreu em junho. A aprovação nacional deve ser distinguida da recepção local: os bispos brasileiros ofereceram a orientação comum, e a Diocese de Apucarana acolheu esse horizonte para discernir sua concretização no próprio território. A CNBB apresenta os planos diocesanos como instrumentos dessa concretização, respeitando o processo sinodal e as necessidades de cada Igreja particular.

A partir da reunião geral dos presbíteros da Diocese, conforme o percurso informado para este plano, tornou-se possível organizar os resultados paroquiais, decanais e diocesanos em relação às cinco linhas de ação. A contribuição dos presbíteros integrou essa

etapa de discernimento, aproximando as propostas da experiência de acompanhamento pastoral e das condições de realização nas comunidades. Seu serviço nesse processo deve ser compreendido como cooperação com a missão comum, em vínculo com o bispo e com a escuta já realizada. A análise pastoral pode ajudar a identificar necessidades formativas, possibilidades de articulação, dificuldades de execução e responsabilidades que precisam ser esclarecidas. O resultado esperado dessa mediação é um plano que conserve a relação com as contribuições recebidas e ofereça orientações consistentes para a vida diocesana.

A oração, a escuta da Palavra e o diálogo precisam acompanhar o trabalho de organização das propostas, para que a decisão não se reduza à defesa de preferências particulares. Uma prioridade pastoral pede razões evangélicas, atenção às pessoas afetadas e disposição para o serviço. Seu acolhimento supõe também comunicação clara sobre o sentido das escolhas e os caminhos de participação que permanecem abertos.



2.5 Do hospital de Campanha à Tenda Itinerante: presença de Deus e caminho de missão

A caminhada pastoral da Diocese de Apucarana acolhe, neste novo Plano Diocesano de Ação Evangelizadora, a imagem bíblica da tenda, proposta pelas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2026–2032. Essa inspiração aprofunda o percurso realizado no Plano anterior, no qual a Igreja foi compreendida como hospital de campanha e como casa da Palavra, do Pão, da Caridade e da Ação Missionária. No contexto da pandemia e de suas consequências, a imagem do hospital de campanha adquiriu particular força entre nós: expressava a urgência de aproximar-se das feridas humanas, acolher os enlutados, amparar os fragilizados e oferecer cuidado diante das muitas formas de sofrimento. A parábola do bom samaritano iluminava essa disposição e continua a interpelar nossas comunidades: aproximar-se, deixar-se comover, cuidar das feridas e assumir a responsabilidade pela vida do outro são atitudes constitu-

tivas da caridade cristã (cf. Lc 10,25-37). A tenda itinerante prolonga essa solicitude e acentua sua mobilidade missionária. A comunidade que acolhe e cuida também se põe a caminho, acompanha os deslocamentos da vida e reconhece onde sua presença se faz necessária. Ela aprende com Jesus, que percorre cidades e povoados, anuncia o Reino, cura os enfermos e se compadece das multidões desamparadas (cf. Mt 9,35-38), e acolhe seu chamado para alcançar outros lugares, ampliando os horizontes do anúncio (cf. Mc 1,38-39).

Passar do hospital de campanha à tenda itinerante significa, portanto, conservar a proximidade com os feridos e ampliar a disponibilidade para a missão, deixando que a escuta da realidade, os apelos do Evangelho e o discernimento comunitário orientem os modos e os lugares da presença eclesial. A casa permanece como experiência de pertença, alimento e fraternidade; a tenda explicita a prontidão dessa mesma comunidade para sair, acolher novos irmãos e acompanhar o povo nas travessias de sua história. Inspiradas pela imagem da tenda, todas as nossas comunidades são chamadas a tornar-se espaços de manifestação da presença de Deus, nos quais a Palavra seja escutada, o Pão seja repartido, a Caridade seja vivida e a Missão encontre novos caminhos. Armar a tenda, alargar seu espaço e reconhecer quando é necessário partir constituem atitudes de uma Igreja que acompanha a história com fé e responsabilidade, consciente de que sua missão é servir à comunhão de Deus com a humanidade. Assim, a Diocese de Apucarana assume a tenda como inspiração para uma presença eclesial acolhedora, sinodal e missionária, capaz de renovar seus modos de agir para que cada comunidade seja lugar de encontro com Cristo, sustento nas travessias e sinal da vida plena que Ele veio oferecer (cf. Jo 10,10).



3. LINHAS DE AÇÃO

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE 2026-2032) iluminaram a formulação das linhas e pistas de ação deste Plano Diocesano, oferecendo um horizonte de comunhão e discernimento para acolher os caminhos, desafios e propostas apresentados no processo sinodal da Diocese de Apucarana. À luz dessas orientações, fomos inspirados e incitados a aprofundar a escuta de nossa realidade e a desenvolver respostas pastorais capazes de traduzir, em compromissos concretos, a missão evangelizadora que recebemos. Sua recepção permitiu relacionar a experiência de nossas comunidades com o caminho da Igreja no Brasil, reconhecendo que a fidelidade ao Evangelho exige atenção às pessoas, formação consistente e disposição para rever práticas e estruturas em favor da missão.

As linhas e pistas de ação apresentadas neste terceiro capítulo expressam, portanto, o esforço de assumir as Diretrizes na realidade de nossa Igreja particular. Desenvolvê-las e assumi-las significa conferir continuidade ao discernimento realizado, transformando as contribuições recebidas em responsabilidades compartilhadas entre comunidades, paróquias, decanatos, pastorais, movimentos e serviços diocesanos. Somos chamados a acolhê-las com disponibilidade espiritual e corresponsabilidade pastoral, para que orientem nossas escolhas, sustentem processos de formação e acompanhamento e favoreçam uma ação evangelizadora integrada. Sua fecundidade dependerá de nossa capacidade de vivê-las em comunhão, acompanhando sua realização e reconhecendo, na vida concreta de nosso povo, os frutos e os novos apelos que exigem nossa atenção.



1ª LINHA

**Animação
bíblica da
pastoral**



2ª LINHA

**Iniciação à
vida cristã**



3ª LINHA

**Comunidades de
discípulos
missionários**



4ª LINHA

**Liturgia e
piedade popular**



5ª LINHA

**Serviço à vida
plena para
todos**



3.1 Recepção, Vigência do Plano Pastoral e Avaliação Sinodal da Caminhada

A Ação Evangelizadora da Igreja exige continuidade, amadurecimento e discernimento. Os caminhos assumidos pelas comunidades precisam de tempo para criar raízes, transformar relações e produzir frutos de comunhão e missão. Nesse horizonte, o Episcopado brasileiro, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizou um amplo processo de escuta, reflexão e elaboração das novas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, estabelecendo sua vigência para o período de 2026 a 2032. A adoção de um horizonte de seis anos, em lugar do período de quatro anos, favorece a continuidade dos processos pastorais e oferece às Igrejas particulares um tempo mais amplo para acolher, desenvolver e concretizar as orientações comuns da evangelização. Essa escolha permite que as prioridades assumidas sejam aprofundadas e traduzidas em práticas capazes de renovar a vida eclesial e fortalecer sua presença missionária na sociedade.

A ampliação do período de vigência deve ser acompanhada pela avaliação da caminhada. Com a previsão de avaliação das Diretrizes a cada três anos, torna-se possível reconhecer os avanços, identificar as dificuldades e discernir as respostas necessárias diante das transformações da realidade. A permanência das orientações fundamentais e a revisão periódica de sua aplicação expressam dimensões complementares da responsabilidade pastoral: cultivar a perseverança nos caminhos assumidos e conservar a disponibilidade para reconhecer os apelos que emergem da vida do povo de Deus. O tempo mais amplo de planejamento requer, portanto, um acompanhamento atento, para que os compromissos permaneçam vivos e encontrem expressão concreta na missão.

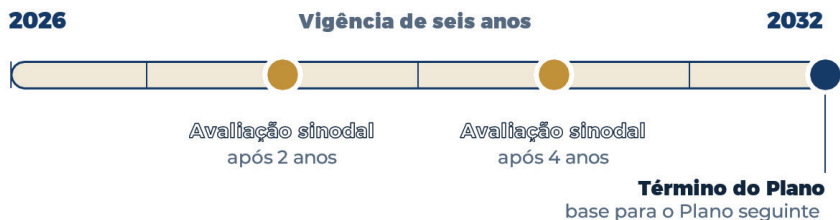
Em comunhão com esse horizonte da Igreja no Brasil, a Diocese de Apucarana estabelece também a vigência de seis anos para o seu Plano Pastoral Diocesano. Esse período permitirá desenvolver as linhas e pistas de ação com maior continuidade, fortalecer a articulação entre comunidades, paróquias, pastorais, movimentos e

organismos eclesiais e consolidar uma ação evangelizadora marcada pela corresponsabilidade. O Plano constitui uma referência comum para a caminhada diocesana, ajudando suas diversas expressões a convergir em torno das prioridades discernidas e assumidas. Sua fecundidade dependerá da acolhida concreta dessas orientações, da formação dos agentes e da disposição de traduzir as propostas em atitudes, processos e iniciativas coerentes com a missão da Igreja. Durante sua vigência, o Plano Pastoral Diocesano passará, a cada dois anos, por um processo sinodal de escuta, avaliação e discernimento. Essa periodicidade, assumida pela Diocese de Apucarana, concretiza o compromisso de participação e corresponsabilidade que orienta as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: “Esses processos devem acontecer por meio de efetiva escuta em que todos possam ser ouvidos e considerados” (DGAE 2026–2032, n. 52). À luz dessa orientação, a avaliação bienal permitirá verificar a correspondência entre as prioridades assumidas e a realidade diocesana, examinar a aplicação das linhas e pistas de ação e reconhecer as novas necessidades que se apresentarem. Será necessário considerar a realização das ações propostas e sua capacidade de fortalecer a vida comunitária, favorecer a participação dos fiéis, alcançar as pessoas mais afastadas e responder às situações de sofrimento e vulnerabilidade. Assim, a avaliação contemplará os frutos produzidos, as dificuldades encontradas e as condições concretas de cada realidade, oferecendo elementos para decisões pastorais amadurecidas em comum.

Esse processo envolverá as diferentes expressões do povo de Deus, favorecendo a participação de ministros ordenados, pessoas consagradas, leigos e leigas, conselhos pastorais e demais instâncias de comunhão e serviço. A escuta das comunidades terá especial importância, pois é na vida cotidiana que se manifestam os frutos e os desafios da evangelização. Também será necessário criar condições para acolher a palavra daqueles cuja participação costuma ser mais limitada, bem como as interpelações das pessoas e dos ambientes que a ação pastoral ainda não consegue alcançar. Iluminada pela Palavra de Deus e conduzida em espírito de oração, essa escuta ajudará a Diocese a reconhecer o que precisa ser fortalecido, o que requer

correção e quais respostas novas devem ser construídas. Nessa disposição, a comunidade diocesana acolhe a exortação apostólica: “Examinai tudo e ficai com o que é bom” (1Ts 5,21), compreendendo o discernimento como exercício de fidelidade ao Espírito e de responsabilidade pela missão. A avaliação bienal estará, portanto, a serviço da fidelidade missionária do Plano Pastoral. A partir dela, poderão ser ajustadas as formas de aplicação, reorganizadas iniciativas e atualizadas pistas de ação, preservando a unidade da caminhada e a coerência com as prioridades diocesanas. As instâncias responsáveis deverão recolher e sistematizar as contribuições, devolver às comunidades os resultados da escuta e encaminhar os discernimentos aos organismos competentes, em comunhão com o bispo diocesano. Dessa maneira, a participação terá consequências concretas para a condução da ação evangelizadora, fortalecendo a confiança, a transparência e a corresponsabilidade eclesial.

Ao término dos seis anos, o percurso realizado e os discernimentos acumulados nas avaliações oferecerão uma base consistente para a elaboração do Plano seguinte. A Diocese de Apucarana assume, assim, o planejamento pastoral como compromisso vivo de comunhão: uma caminhada sustentada pela continuidade, renovada pela escuta e orientada pelo discernimento. Como Igreja que alarga sua tenda para acolher e servir, mantém suas estacas firmadas em Cristo e permanece atenta à vida daqueles que lhe foram confiados, para que cada prioridade, cada decisão e cada iniciativa contribuam para o anúncio do Evangelho e para a edificação de comunidades de discípulos missionários.



A cada dois anos: escuta, avaliação e discernimento sinodal.



3.2 Primeira Linha de Ação: ANIMAÇÃO BÍBLICA DA PASTORAL



3.2.1 Formação bíblica e teológica

- Criar Comissão de Animação Bíblica da Pastoral na Diocese de Apucarana, com assessor e equipe especializada, em vista de:
- Promover formações bíblicas presenciais em nível paroquial, decanal e diocesano;
- Realizar semanas bíblicas e semanas de espiritualidade de forma periódica;
- Incentivar e fortalecer a participação de catequistas, ministros e lideranças pastorais na formação contínua, de maneira particular na Escola de Teologia Vaticano II.
- Mobilizar em toda a Diocese o mês da Bíblia, realizado em Setembro.

3.2.2 Materiais e meios de evangelização

- Produzir materiais diocesanos de formação bíblica acessíveis e padronizados.
- Disponibilizar conteúdos audiovisuais e catequéticos para evangelização, em vista de ser utilizado em todos os grupos presentes na Diocese.

3.2.3 Valorização da Palavra de Deus na liturgia

- Mobilizar a parceria entre a coordenação dos ministérios não ordenados e a coordenação da Liturgia diocesana em vista de formar, instituir e fortalecer o Ministério dos Leitores.
- Oferecer um manual de formação prática para leitores e ministros não ordenados.
- Valorizar o uso do evangeliário e os sinais litúrgicos ligados à Palavra.
- Nossas homilias sejam partilhas da Palavra de Deus, sóbrias, bem preparadas e breves (EG 135-144).
- Incentivar cantos litúrgicos com temática bíblica.

3.2.4 Espiritualidade e vivência da Palavra

- Promover maior aproximação dos fiéis com as Sagradas Escrituras no cotidiano, através da leitura diária da Palavra de Deus, incentivando a leitura orante da Palavra como uma metodologia acessível e prática.
- Fortalecer a espiritualidade bíblica nas comunidades e pastorais, motivando a leitura da Palavra em todas as atividades.



3.3 Segunda Linha de Ação: INICIAÇÃO À VIDA CRISTÃ



3.3.1 Formação Catequética e Iniciação à Vida Cristã

- Incentivar e fortalecer a catequese de adultos.
- Retomar escolas de formação catequética.-
- Incentivar e formar catequistas, em conformidade com os critérios estabelecidos pela CNBB, para o ministério de catequista.
- Criar um Diretório Diocesano de Catequese.
- Integrar os seminaristas na formação de catequistas e acompanhamento pastoral.
- Fortalecer a participação e a corresponsabilidade das famílias no processo de Iniciação à Vida Cristã, reconhecendo-as como protagonistas na educação da fé.

3.3.2 Liturgia e vivência dos ritos

- Priorizar a entrega dos ritos nas celebrações litúrgicas.
- Favorecer maior compreensão dos catequizandos sobre os ritos e sacramentos.
- Valorizar o testemunho público da fé dentro do processo catequético.

3.3.3 Acolhida e acompanhamento pastoral

- Criar equipes de acolhida e triagem para encontros querigmáticos.
- Identificar e orientar situações sacramentais específicas.
- Implementar o Pré-catecumenato com as famílias e catequizandos que ingressam na Primeira etapa da catequese em parceria com as demais pastorais
- Desenvolver acompanhamento individualizado para casos especiais e casais em novas uniões.

3.3.4 Juventude, Movimentos e Integração Comunitária

- Incentivar os jovens da Crisma a participarem de pastorais e movimentos.
- Criar vínculos permanentes entre catequese, movimentos e comunidade.
- Favorecer a continuidade da vivência eclesial após a catequese.

3.3.5 Espiritualidade e crescimento cristão

- Promover a vida cristã como caminho de crescimento humano, espiritual e doutrinário.
- Incentivar processos formativos que levem ao amadurecimento da fé e inserção na comunidade.
- Promover ações de formação, oração, celebração e convivência que aproximem as famílias da catequese, da liturgia e da vida comunitária, favorecendo a continuidade da vivência cristã no ambiente familiar.



3.4 Terceira Linha de Ação: COMUNIDADES DE DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS



3.4.1 Organização comunitária

- Organizar a Paróquia como rede de pequenas comunidades e diaconias interligadas pela missão, gerando atenção prioritária às necessidades de cada local.
- Definir melhor as estruturas de organização pastoral: diaconias, comunidades e paróquias.
- Fortalecer a prática sinodal por meio dos conselhos (CMPPs e CAEPs) e integração entre comunidades, paróquias e diocese.
- Ter consistência nas reuniões dos CMPPs e que essas aconteçam no mínimo a cada dois meses.
- Ter conhecimento dos estatutos dos conselhos (CMPPs e CAEPs) para bom desenvolvimento dos mesmos.
- Criar Equipe Diocesana de Animação das Comunidades.

3.4.2 Acolhida e pertença

- Valorizar e promover os atendimentos personalizados (confissão – direção espiritual). Os padres, dediquem-se às confissões e bênçãos e os leigos(as) preparados ao atendimento espiritual.
- Implantar e/ou fortalecer a Pastoral da Acolhida. Promover aco-

lhida fraterna e participativa nas missas e atividades paroquiais.

- Desenvolver ações que despertem senso de identidade e pertença à comunidade.
- Incentivar a participação na missa dominical, recordando o compromisso de fé.

3.4.3 Formação de lideranças e missão

- Valorizar e suscitar novas lideranças.
- Formar lideranças que sejam capazes de enfrentar os novos desafios evangelizadores.
- Observar o tempo de coordenação, em sintonia com o estatuto diocesano e/ou estatutos próprios de cada pastoral/movimento.
- Estar atentos às novas necessidades evangelizadoras em cada lugar.
- Intensificar ações missionárias envolvendo pastorais e movimentos.
- Incentivar maior protagonismo dos leigos na vida comunitária.
- Dar especial atenção à evangelização da juventude, em vista de integrá-la nas atividades comunitárias e fazê-la perceber-se como protagonista na vida paroquial.
- Incentivar e promover os trabalhos da Pastoral Familiar e dos movimentos e serviços que se dedicam à evangelização das famílias.

3.4.4 Comunidades ambientais e pastorais específicas

- Incentivar experiências de comunidades por afinidade e espiritualidade.
- Apoiar movimentos e grupos já existentes de oração e de espiritualidade.
- Integrar comunidades ambientais em estruturas mais amplas de pastoral urbana.



3.5 Quarta Linha de Ação: LITURGIA E PIEDADE POPULAR



3.5.1 Liturgia e unidade celebrativa

- Criar e estruturar uma Equipe Diocesana de Liturgia.
- Fortalecer e formar a pastoral litúrgica a nível paroquial.
- Incentivar a pastoral do canto litúrgico, em vista da unidade diocesana, superando gostos pessoais.
- Promover unidade litúrgica em toda a diocese por meio de orientações e formações periódicas.
- Zelar para que as celebrações litúrgicas sejam voltadas essencial de nossa fé, Cristo Jesus e seu Mistério Pascal, prezando pela autenticidade das celebrações, evitando excessos e modismos.
- Elaborar subsídios e orientações diocesanas para equipes litúrgicas.
- Manter nossos templos, especialmente as igrejas matrizes, sempre abertos, organizados e higienizados.
- Valorizar celebrações presididas por diáconos e ministros não ordenados.
- Recuperar, nas Celebrações da Palavra, a utilização do pulsando litúrgico específico para ato litúrgico.
- Recordar que o pulsando é próprio da Diocese e através dele garantimos a unidade litúrgica expressada pelos comentários, cantos e orações. A utilização deste subsídio litúrgico diocesano, na sua inteireza, garante uma identidade diocesana.

3.5.2 Formação litúrgica

- Ter unidade formativa para os Servidores do Altar.
- Capacitar leitores, cerimoniários, coroinhas e acólitos, em sintonia com a linha de ação da Animação Bíblica da Pastoral, agregando formação técnica e espiritual.
- Tornar conhecida a Constituição sobre a Sagrada Liturgia do Concílio Vaticano II – *Sacrosanctum Concilium*.
- Padronizar vestes litúrgicas para Ministros Extraordinários da Sagrada Comunhão Eucarística e os demais Servidores do Altar.

3.5.3 Espaço Celebrativo e Arte Sacra

- Criar a Comissão Diocesana de Arte Sacra.
- Readequar os templos com atenção à arte sacra e arquitetura, favorecendo a experiência religiosa e espiritual dos fiéis.
- Valorizar os espaços celebrativos de forma simples, bela e acolhedora.
- Dar destaque litúrgico ao Altar, Mesa da Palavra e Pia Batismal.
- Respeitar a história, a arte local e a sobriedade nas igrejas.

3.5.4 Música litúrgica

- Incentivar cânticos mais acessíveis para participação da assembleia.
- Estruturar equipes paroquiais de canto e música litúrgica.
- Promover formações, incentivar o estudo e capacitar os membros da pastoral da música litúrgica, em vista de poder avançar na execução de repertórios que sejam capazes de transmitir a liturgia ativa, consciente, plena e frutuosa.
- Superar o repertório inadequado, proporcionando uma ação litúrgica solene, intensa e bela.

3.5.5 Espiritualidade mariana, devoções e piedade popular

- Realizar entronização da imagem de Nossa Senhora de Lourdes, padroeira da Diocese, nas matrizes e capelas, preparando um lugar de destaque e permanência, tornando-a conhecida em sua história e devoção.

- Promover encontros ligados às capelinhas de Nossa Senhora de Lourdes e a devoção à padroeira da Diocese.
- Instituir a novena a Nossa Senhora de Lourdes e elaborar materiais de teologia e espiritualidade mariana, superando devocionismos e tendências que se afastam da teologia católica.
- Incentivar a oração do Terço nas comunidades e diaconias.
- Fortalecer a devoção aos padroeiros locais, evitando que outras devoções ofusquem sua importância.
- Valorizar procissões, devoções e atos de piedade popular ligados aos padroeiros.
- Incentivar procissões penitenciais durante a Quaresma.

3.5.6 Culto ao Santíssimo Sacramento

- Tornar conhecidas as orientações litúrgicas relacionadas ao culto ao Santíssimo Sacramento.
- Estimular as quintas-feiras como dia eucarístico em nossas comunidades, motivando a exposição e o culto público ao Santíssimo Sacramento.



3.6 Quinta Linha de Ação: SERVIÇO À VIDA PLENA PARA TODOS



3.6.1 Acolhimento e cuidado social

- Promover acolhimento e acompanhamento de famílias atípicas.
- Incentivar o trabalho da Pastoral da Pessoa Idosa, em todas as Paróquias da Diocese.
- Organizar atendimentos psicológicos e sociais para pessoas vulneráveis.
- Criar sistemas de triagem e encaminhamento para atendimentos especializados.
- Integrar cuidado espiritual, escuta e apoio social nas comunidades.
- Implantar e aprimorar os trabalhos do SEDIC (Serviço Diocesano da Caridade), buscando otimizar e angariar recursos para a Caridade.

3.6.2 Formação e atuação pastoral

- Promover formação especializada para o clero, agentes e lideranças sobre questões sociais e a defesa da vida.
- Incentivar e fortalecer a semana de defesa da vida e do nascituro, na diocese.

- Desenvolver parcerias com a educação pública, em ações voltadas à valorização da vida.
- Envolver diáconos nas ações pastorais e sociais, a nível paroquial e diocesano.

3.6.2 Pastoral social e compromisso com a sociedade

- Promover o ensino da Doutrina Social da Igreja.
- Trabalhar a temática ambiental na catequese e nas demais pastorais.
- Criar e incentivar a Pastoral da Ecologia Integral em toda a diocese.

3.6.3 Comunicação e orientação

- Disponibilizar informações úteis nos meios de comunicação da diocese: Comissão de Defesa da Vida e orientações relacionadas ao cuidado da vida.
- Tornar conhecida as atividades, divulgado nos meios de comunicação, as atividades de promoção e defesa da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término destas páginas, abre-se diante de nós a responsabilidade de transformar em vida aquilo que discernimos e assumimos em comunhão. O Plano Diocesano de Ação Evangelizadora encontra sua realização na dedicação cotidiana das comunidades: na Palavra anunciada e acolhida, na celebração dos sacramentos, na formação dos discípulos missionários, no cuidado com os pobres e na proximidade com aqueles que atravessam situações de sofrimento. É nesse chão concreto que suas orientações produzirão frutos. Cada comunidade, com seus dons e suas possibilidades, é chamada a participar dessa tarefa, reconhecendo que seu trabalho contribui para a missão de toda a Diocese.

Desejamos a todos um trabalho pastoral fecundo, sustentado pela oração, pela fraternidade e pela cooperação. Que os compromissos assumidos encontrem condições para se desenvolver, que os agentes recebam formação e acompanhamento e que as responsabilidades sejam exercidas com zelo e alegria. Haverá dificuldades que pedirão perseverança, situações que exigirão novos aprendizados e iniciativas cujos frutos amadurecerão lentamente. Nesses momentos, será necessário cultivar a confiança em Deus, cuidar uns dos outros e permanecer fiéis ao serviço que nos foi confiado. A recordação das palavras do início do pontificado do Papa Leão XIV, nos anima e nos provoca a seguir neste caminho de maneira confiante: “Deus nos ama, Deus ama a todos vocês, e o mal não prevalecerá! Estamos todos nas mãos de Deus”. A fecundidade da missão desenvolve também na fidelidade discreta de quem prepara, acompanha, visita, ensina, escuta, recomeça e cresce na certeza de que somos filhos sempre muito amados de Deus.

Que nossa Diocese se torne, cada vez mais, essa tenda capaz de reconhecer as necessidades e de se deslocar para onde sua presença for necessária. Uma tenda que ofereça abrigo aos feridos, acolhida aos que chegam, alimento aos que caminham e espaço de participação aos que desejam servir. Que saibamos perceber as mudanças de nossa realidade e discernir os lugares, as pessoas e as situações que

reclamam maior proximidade. Isso poderá exigir a revisão de práticas, a reorganização de serviços e a abertura de novos caminhos missionários. Firmados em Cristo, poderemos acolher essas exigências com liberdade e responsabilidade, permitindo que a vida do povo interpele continuamente nossa ação evangelizadora. A missão nos convida a ultrapassar as distâncias que dificultam o encontro. Que nossas comunidades estejam próximas das famílias, dos jovens, dos idosos, dos enfermos, dos enlutados e de todos aqueles que vivem situações de abandono ou exclusão. Que haja lugar para escutar as perguntas, acolher as histórias e reconhecer os dons de cada pessoa. Onde a solidão enfraquece a esperança, sejamos presença fraterna; onde a dignidade é ferida, assumamos o cuidado e a defesa da vida; onde a fé procura caminhos para amadurecer, ofereçamos acompanhamento paciente. Assim, a imagem da tenda encontrará expressão em relações concretas, nas quais as pessoas possam experimentar o amor de Deus.

Confiemos os frutos deste PLADAE ao Senhor, que chama, acompanha e sustenta sua Igreja. Que o Espírito Santo nos conceda sabedoria para discernir, coragem para agir e humildade para avaliar nossa caminhada. Que Nossa Senhora de Lourdes interceda por todos os que se dedicam à evangelização e nos ensine a acolher Jesus e a servir com solicitude. A todas as comunidades e a todos os agentes, desejamos um trabalho pastoral perseverante, fraterno e frutuoso. Que, por meio da entrega de cada um, nossa Diocese alargue sua tenda e faça chegar a mais pessoas a alegria do encontro com Cristo e a esperança de sua vida plena.

REFERÊNCIAS

DIOCESE DE APUCARANA. Histórico da Diocese. Fonte oficial para a criação em 28 de novembro de 1964 e a instalação em 28 de março de 1965. <https://diocesedeapucarana.com.br/historico-diocese>

DIOCESE DE APUCARANA. XXV Plano Diocesano da Ação Evangelizadora. 2021. <https://diocesedeapucarana.com.br/noticias/xxv-plano-diocesano-da-acao-evangelizadora-1121?type=news>

CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2026–2032. Documento 114. Informações oficiais sobre aprovação, publicação e cinco caminhos: <https://www.cnbb.org.br/cnbb-lanca-diretrizes-gerais-da-acao-evangelizadora-2026-2032-e-reforca-chamado-a-conversao-missionaria-da-igreja-no-brasil/> ; orientações sobre concretização nos planos diocesanos: <https://www.cnbb.org.br/dgae2026-2032/perguntas-e-respostas/>

CONCÍLIO VATICANO II. Lumen gentium. 1964. nn. 1, 9, 31–33 e 37. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html

CONCÍLIO VATICANO II. Christus Dominus. 1965. nn. 11 e 17. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_christus-dominus_po.html

CONCÍLIO VATICANO II. Gaudium et spes. 1965. n. 4. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html

CONCÍLIO VATICANO II. Dei Verbum. 1965. nn. 21 e 25. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html

FRANCISCO. Evangelii gaudium. 2013. nn. 27–33. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html

BENTO XVI. Verbum Domini. 2010. n. 73. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20100930_verbum-domini.html

BENTO XVI. Deus caritas est. 2005. n. 25. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html

FRANCISCO. Laudato si'. 2015. nn. 137–139. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

DIOCESE DE APUCARANA. Linhas de Ação PLADAE. Documento de trabalho fornecido para esta redação.

DADOS CENSO. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>



DIOCESE DE APUCARANA

XXVI PLADAE · 2026-2032